

STJ00098435

Ney Fayet Júnior  
Amanda Gualtieri Varela

# A AÇÃO (PENAL) PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA

---

Das vantagens ou desvantagens da participação  
do ofendido na atividade jurídico-penal

2ª edição  
Revista, atualizada e ampliada

REVISTA DE  
DIREITO  
PENAL  
  
ELEGANTIA JURIS

Porto Alegre, 2014

© 2014, Elegantia Juris, 2ª edição  
2014, Ney Fayet Júnior e Amanda Gualtieri Varela

Edição revisada segundo o Novo Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa.

**Revisão linguística:** Patrícia Aragão  
**Design de capa e diagramação:** Rodrigo Braga  
**Impressão e acabamento:** Gráfica Epecê

**CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO**

**Bibliotecária: Fernanda Pinheiro de S. Landin CRB-7: 6304**

---

**F568a**

Fayet Júnior, Ney

A ação (penal) privada subsidiária da pública: das vantagens ou desvantagens da participação do ofendido na atividade jurídico-penal / Ney Fayet Júnior; Amanda Gualtieri Varela. 2. ed. - Porto Alegre, RS : Elegantia Juris, 2014.

268 p. ; 21 cm

ISBN 978-85-67090-04-7

1. Direito penal – Brasil. 2. Processo penal – Brasil. 3. Ação penal pública. I. Varela, Amanda Gualtieri. II. Título.

**CDD: 345.81**

---

**20.05.14**



**ELEGANTIA JURIS**

Publicações jurídicas · Porto Alegre/RS

elegantiajuris.com.br

contato@elegantiajuris.com.br

+55 51 9676.3378

Todos os direitos desta edição estão reservados, com base na Lei de Direitos Autorais (Lei nº 9.610, de 19 de fevereiro de 1998).

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	21
INTRODUÇÃO .....	35
<b>1 — O ESTADO E A PUNIÇÃO .....</b>	<b>41</b>
<b>2 — DA NECESSÁRIA CONTEXTUALIZAÇÃO DO TEMA .....</b>	<b>51</b>
2.1. A FORMAÇÃO DO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO.....	51
2.2. A IMPORTÂNCIA DA CONSTITUIÇÃO E DO ESTADO.....	59
2.3. O DIREITO DE AÇÃO .....	64
2.4. AÇÃO PENAL .....	68
2.4.1. NATUREZA JURÍDICA DA AÇÃO PENAL.....	73
2.4.2. LOCALIZAÇÃO.....	79
2.5. CONDIÇÕES DA AÇÃO .....	80
2.5.1. INTERESSE DE AGIR.....	84
2.5.2. POSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.....	88
2.5.3. LEGITIMIDADE DE PARTES .....	91
2.5.4. JUSTA CAUSA.....	94
2.6. A VÍTIMA E A AÇÃO PENAL .....	98
2.6.1. DAS DESVANTAGENS DE UMA MAIS EFETIVA PARTICIPAÇÃO DA VÍTIMA NA PERSECUÇÃO CRIMINAL .....	104
2.6.2. DAS VANTAGENS DO INCREMENTO DA PARTICIPAÇÃO DA VÍTIMA NO PROCESSO CRIMINAL .....	106
<b>3 — CLASSIFICAÇÃO DAS AÇÕES PENAIS .....</b>	<b>113</b>
3.1. AÇÃO (PENAL) PÚBLICA INCONDICIONADA .....	118
3.1.1. PRINCÍPIO DA OBRIGATORIEDADE.....	122
3.1.2. PRINCÍPIO DA DISCRICIONARIEDADE REGRADA .....	128
3.1.3. PRINCÍPIO DA INDISPONIBILIDADE.....	129

3.1.4. PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE .....	131
3.1.5. PRINCÍPIO DA OFICIALIDADE.....	134
3.1.6. PRINCÍPIO DA OFICIOSIDADE.....	135
3.1.7. PRINCÍPIO DA INTRANSCENDÊNCIA.....	135
<b>3.2. AÇÃO (PENAL) PÚBLICA CONDICIONADA .....</b>	<b>137</b>
<b>3.3. AÇÃO (PENAL) DE INICIATIVA PRIVADA .....</b>	<b>144</b>
3.3.1. PRINCÍPIO DA OPORTUNIDADE E CONVENIÊNCIA .....	147
3.3.2. PRINCÍPIO DA DISPONIBILIDADE .....	149
3.3.3. PRINCÍPIO DA INDIVISIBILIDADE.....	150
<b>4 — A AÇÃO (PENAL) PRIVADA SUBSIDIÁRIA DA PÚBLICA .....</b>	<b>153</b>
<b>4.1. HISTÓRICO DO INSTITUTO NO PROCESSO PENAL BRASILEIRO .....</b>	<b>153</b>
4.2. CONCEITO.....	157
4.3. CABIMENTO .....	162
4.4. INSTITUTOS APLICÁVEIS À ESPÉCIE .....	170
4.5. LEGITIMIDADE .....	174
4.6. PRAZO .....	179
4.7. ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA AÇÃO (PENAL) PRIVADA SUBSIDIÁRIA.....	182
4.8. CONTROVÉRSIA ACERCA DO CABIMENTO EM CASO DE ARQUIVAMENTO .....	190
4.9. CRIMES SEM OFENDIDO .....	200
4.10. AÇÃO (PENAL) PRIVADA SUBSIDIÁRIA EM FACE DA LEI 9.099/95 .....	203
4.10.1. SUSPENSÃO CONDICIONAL DO PROCESSO E QUEIXA SUBSTITUTIVA.....	205
4.10.2. TRANSAÇÃO PENAL E QUEIXA SUBSTITUTIVA.....	207
4.11. AÇÃO (PENAL) PRIVADA SUBSIDIÁRIA NO PROCESSO PENAL MILITAR .....	208
4.12. AÇÃO (PENAL) PÚBLICA SUBSTITUTIVA DA PÚBLICA.....	211

<b>4.13. DAS DEMAIS EXIGÊNCIAS .....</b>	<b>213</b>
4.13.1. <i>DOS PODERES ESPECIAIS DA PROCURAÇÃO</i> .....	214
4.13.2. <i>DAS CUSTAS PROCESSUAIS</i> .....	217
4.13.3. <i>DO OFENDIDO POBRE</i> .....	218
4.13.4. <i>DO OFENDIDO INCAPAZ</i> .....	219
4.13.5. <i>DA IMPOSSIBILIDADE DE SUBSTITUIÇÃO</i> <i>DOS LEGITIMADOS</i> .....	220
4.13.6. <i>BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DO</i> <i>PROJETO DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO 194/2012</i> .....	220
<b>4.14. AÇÃO PENAL ORIGINÁRIA.....</b>	<b>223</b>
<b>5 — CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>225</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>235</b>
<b>APÊNDICE .....</b>	<b>251</b>
<b>ANEXO.....</b>	<b>253</b>
<b>OUTRAS OBRAS DO AUTOR NEY FAYET JÚNIOR.....</b>	<b>263</b>